

Exmo. Sr. Dr. JULIANO COSTA COUTO, ilustre Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Distrito Federal, na pessoa de quem cumprimento toda Diretoria e todos demais Conselheiros aqui presentes,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Meus queridos afilhados e meus caros colegas advogados:

Em primeiro lugar, desejo agradecer ao Presidente pelo honroso convite que me formulou para ser o paraninfo desta turma de novos advogados do Distrito Federal. Julgo uma temeridade, mas recebida a missão, a mim cabe cumpri-la.

Lhes confesso que é muito gratificante receber a distinção desta homenagem. Por aqui, como paraninfos, já passaram advogados dos mais ilustres, SEPÚLVEDA PERTENCE, EVERARDO GROSSI, ESDRAS DANTAS, FRANCISCO LACERDA dentre tantos outros, o que faz com que não possa entender minha escolha. Sou um simples advogado.

E talvez seja justo por isso que tenha sido escolhido. Como vocês a partir de agora, sou um simples advogado. Mas meus afilhados, isso não é pouco. A partir de hoje quando lhes perguntarem o que vocês são, digam em alto e bom som, com o peito estufado: sou um advogado!

De outra sorte, não me furtei ao cumprimento desta tarefa, porque a tribuna me traz enorme satisfação. Gosto muito de falar, e para nós advogados, a palavra é fundamental no exercício de tão nobre profissão.

Uma das referências históricas mais emblemáticas sobre a importância da missão do advogado está em uma frase de Napoleão Bonaparte, que dizia preferir cortar a língua dos advogados a permitir que eles a utilizassem contra o governo.

Faz pouco tempo, pude descobrir o motivo de gostar tanto de tribuna. Ao receber um colega em minha casa, almoço de domingo, casa cheia, filhos, sobrinhos, sogra e cunhados, já no cafezinho ouvi dele a sentença definitiva. "Agora sei por que gostas tanto de falar na tribuna". Eu lhe perguntei então porque seria e ele me disse: "É o único lugar em que consegues falar sem ser interrompido!"

Mas quero falar para vocês, por que imagino quantas dificuldades foram enfrentadas para que o dia de hoje se tornasse realidade. Quantos sacrifícios foram suportados pelos pais, maridos, esposas, namorados, filhos, pelos amigos, para que vocês chegassem até aqui.

Portanto, chegar neste dia e ingressar nesta Casa, tem um sabor de vitória, porque parte da missão já foi cumprida. E vocês conseguiram e, portanto, meus parabéns!

Mas não seria adequado de minha parte, desperdiçar o desfrute deste privilégio, de recebê-los como meus afilhados, nos primeiros suspiros do início de uma fascinante carreira profissional, sem deixar também uma breve reflexão sobre o exercício digno desta profissão tão maravilhosa que vocês abraçaram.

Ao longo dos anos, a atuação sempre corajosa dos advogados tem rendido à nossa categoria lugar de

destaque em todas as demandas da sociedade civil, porque nossa atuação permite que se moldem de forma firme as instituições livres e democráticas em um Estado de Direito.

Mas se o papel do advogado nos reservou um lugar de destaque na história das liberdades democráticas, também nos trouxe duras e pesadas críticas. Nós advogados, mais do que qualquer outra categoria profissional, temos recebido, ao longo dos anos, pesadas, duras e acima de tudo, injustas críticas, decorrentes do fato de que somos nós **OS VERDADEIROS GUARDIÕES DA LIBERDADE, OS VERDADEIROS GUARDIÕES DA CIDADANIA, OS VERDADEIROS GUARDIÕES DA DEMOCRACIA EM UM PAÍS TÃO SOFRIDO, ASSOLADO POR TANTA CORRUPÇÃO E COM UMA POPULAÇÃO TÃO CARENTE.**

Quando lhes falei que enchessem o peito ao se apresentarem como advogados, não foi à toa. Nossa profissão é a única que merece distinção constitucional. A previsão do Artigo 133 da Carta Magna de que o advogado é indispensável à administração da justiça não pode ser interpretada como letra morta. É sim, indispensável, e entendo que devemos dar à interpretação constitucional um sentido muito mais amplo.

Na verdade, nós advogados somos indispensáveis à administração da justiça como um todo, no sentido de distribuição de justiça. Somos nós, os advogados os verdadeiros responsáveis pela efetiva entrega da prestação jurisdicional.

Segundo o meu saudoso colega ARTURO BUZZI, a quem também rendo e presto minhas homenagens, “o advogado é a Justiça de pé”.

Mas lhes digo que se me deixassem, falaria dessa minha paixão por horas fio. Meu Presidente, contudo, talvez porque já me conheça, me aconselhou que devesse fazê-lo em breve manifestação.

Meus afilhados, hoje vocês abraçam mais do que uma vocação, vocês abraçam uma missão: FAZER JUSTIÇA! E como conseguiremos isso?

Consequiremos fazer isso quando **calarmos a mentira e dissermos a verdade!**

**Consequiremos isso quando deixarmos nossa pobre e frágil indignação frente a tanta corrupção, e exigirmos condenação!**

A advocacia definha nas sombras do autoritarismo, porque o confronto, e só prospera dentro do Estado democrático de Direito.

O papel social e institucional do advogado é imprescindível nos regimes democráticos. Ele assegura, na esfera jurídica, a todos os cidadãos a observância a seus direitos constitucionais e legais.

Consequiremos atingir nosso objetivo **QUANDO CONSEGUIRMOS DEVOLVER A ESPERANÇA AOS MUITOS BRASILEIROS HONESTOS, QUE RECLAMAM POR PODER VOLTAR A ACREDITAR NO DIREITO E NA JUSTIÇA.**

Essa a nossa grande missão e para isso os exorto a se juntarem a nossa valorosa OAB, comandada por nosso valoroso Presidente Juliano e sua Diretoria. Não deixem de frequentar nossa Casa. Aqui vocês serão sempre muito bem recebidos.

Meus afilhados, nesse sentido, não deixem de brigar nunca. Não esmoreçam. Se juntem a nós nessa tarefa! Mas nunca percam a ternura. Sejam gentis e educados.

Nos ajudem a refazer nosso País! Sejam bons. Não sejam "espertos". Não sucumbam à cultura capitalista despropositada do ganho fácil e imotivado.

Ajudem a superar um país no qual, para a maioria de sua gente, o trabalho, apenas, não traz, ao fim de cada dia, o pão e a dignidade.

Um país de riquezas injustas. Ricos que fazem fortuna, não com trabalho árduo, mas com golpes.

Ricos de dinheiro público, ricos de subsídios que não chegam aos pobres, ricos de financiamentos estatais. São os com dinheiro, mas sem ideal, sem patriotismo, sem vergonha.

É ainda fundamental que não renunciemos à coragem de combater o obscurantismo do Estado Policial, tendência que a pretexto do combate ao terrorismo, espalha-se como epidemia por importantes países democráticos do Ocidente.

Esse é hoje o grande desafio dos democratas: opor-se aos tentáculos do Estado Policial.

É preciso, definitivamente, não perder a oportunidade para que se compreenda a elementar ideia de que o cidadão não poderá ser considerado o destinatário maior da Constituição Federal, se não lhe for garantido o sagrado direito de defesa, o direito de resistir à ação de um Estado que se julga absolutamente onipotente, onisciente e onipresente, pois tudo pode fazer, acusar, dizer, controlar, bisbilhotar e amedrontar.

É urgente não perdermos a oportunidade de fazer prevalecer a ideia de que **o respeito às prerrogativas da advocacia** é, na verdade, o respeito às prerrogativas desta cidadania que ainda acredita na importância de viver sob a égide do Estado Democrático de Direito.

O nosso tempo, o tempo da nossa ciência, não pode reeditar um passado em que as manifestações de autoritarismo brotavam de dentro do Estado.

O nosso tempo - tempo democrático - não aceita proibições absurdas de um Estado que atenta contra o constitucional direito à ampla defesa. Ou mesmo de um Estado que se fecha na clausura de um gabinete, trancando suas portas para aquele que a Constituição elegeu como indispensável à administração da Justiça, exatamente por transformar em ação judicial o anseio humano por reparação de danos.

O nosso tempo não pode aceitar como normal o aviltamento dos honorários advocatícios, tratando seu recebimento como ato de desonestidade ou diretamente relacionado à morosidade da justiça.

Nosso tempo não convive com invasões de escritórios de advocacia, quebra do sigilo das conversas entre o advogado e o seu cliente e uso de grampos ambientais,

quase sempre executados pelo Estado-polícia, comandado pelo Estado-Ministério Público e autorizado pelo Estado-juiz.

Nosso tempo não pode conviver com a mercantilização do sonho de ascensão social dos cidadãos através de um ensino jurídico de qualidade, fundamental à preservação de um mínimo de eficiência na própria prestação jurisdicional do país.

Não sem razão, Honoré de Balzac assim liquidou a questão sobre a importância da advocacia:

“Todo processo é julgado pelos advogados antes de sê-lo pelos juízes, assim como a morte do doente é pressentida pelos médicos, antes da luta que estes sustentarão com a natureza e aqueles com a justiça.”

Hoje, a sociedade brasileira, apesar de todos os pesares, tem bem mais consciência de suas necessidades e direitos, o que prova que nada educa melhor o cidadão que a prática continuada da democracia.

Há, sem dúvida, avanços sociais, que pesquisas recentes constatarem, aferindo o crescimento demográfico expressivo da classe C e a redução de brasileiros abaixo da linha de pobreza, ampliando as faixas de consumo da população e abrindo para uma fatia maior de cidadãos as portas da inclusão social. As portas da dignidade.

É preciso saudar e reconhecer os avanços para que possamos com maior autoridade cobrar a solução dos problemas ainda pendentes - e que, como sabemos, não são poucos.

E nesse campo cumpre, por parte dos três Poderes, zelo maior por fundamentos inegociáveis do Estado democrático de Direito, cláusula pétrea democrática, sem a qual se estabelece o perigoso e indesejado Estado Policial.

**A quem interessa, portanto, enfraquecer a figura do advogado, minando-lhe as prerrogativas, baixando-lhe o padrão profissional, expondo-o à desconfiança pública?**

**A quem interessa afastar os cidadãos do Poder Judiciário, limitando a atuação do seu representante legal? A quem interessa criar este fosso entre o advogado-cidadão e o Poder Judiciário?**

Certamente, meus afilhados, não aos amantes da democracia, aos cultores do Estado democrático de Direito. Certamente não àqueles que lutam para que a Justiça seja um bem consumido por todos.

Certa vez Presidente Juliano, Victor Hugo, com sua peculiar maestria poética, encantou-nos quando afirmou que “nada neste mundo é tão poderoso como uma ideia cuja oportunidade chegou”.

E chegou a oportunidade do Estado brasileiro, de uma vez por todas, reconhecer que **cidadania e advocacia** são palavras que podem e devem ser conjugadas simultaneamente.

Não há, como já disse, prioridade maior neste país que a promoção da Justiça, premissa básica para que superemos as limitações do subdesenvolvimento econômico e os danos morais da exclusão social.

**Busquem e realizem seus sonhos. Esta a matéria da qual é feita a vida.**

Quando se encontrava no leito de morte o fidalgo Quixote de la Mancha, seu fiel escudeiro Sancho Pança, amargurado pela cobiça frustrada, a ele se dirige pela última vez:

“– Meu senhor, por que tanto sofrimento vão, tantas derrotas humilhantes, se, afinal, tudo que perseguíamos não passava de ilusórios sonhos?”

Despertado para a vida pela censura amarga, Dom Quixote, em seus momentos derradeiros, já enxergando mais além, lega sua última lição de comovente esperança:

“– Mas como, fiel Sancho, me falas de sonhos ilusórios, falaciosos? **Os sonhos existem, valoroso escudeiro!**”

**Nunca deixem de sonhar. E tenham o tempo como aliado.**

Agradeço-lhe, Senhor Presidente, mais uma vez, a escolha de meu nome para ser paraninfo desta turma.

Discursos – aprendi com Barbosa Moreira – convêm que sejam poucos. Se possível, bons. Em qualquer caso, breves. Vocês foram prudentes e previram que fossem poucos. O orador da turma ficou encarregado de que fossem bons. A mim tocou ser tão breve quanto soube ser.

Agradeçamos a Deus, nós e nossas famílias, por este momento de júbilo e confraternização.

Desejo a todos os mais sinceros votos de felicidades e sucesso na carreira profissional que abraçaram.

Se vocês puderem guardar apenas uma coisa desta minha fala, que guardem a mensagem de que **VALE A PENA SER ADVOGADO.**

É hora de terminar. Segundo nos lembrou outro dia o Ministro Barroso, desde o discurso de posse de Barack Obama, convencionou-se que nenhum discurso pode ter mais que vinte minutos.

Aliás, acerca disso quero registrar meu assombro com uma história acerca de discursos de posse na Presidência americana. George Washington fez o menor discurso de posse com 133 palavras. William Henry Harrison fez o maior, com mais de 8.400 palavras. Era um dia muito frio em Washington. Um mês depois ele morreu, em decorrência de uma forte gripe contraída na noite da posse. Acredito que essa seja a maldição que recaia sobre oradores que falam além do seu tempo.

Sou eu que estou aqui, na tribuna, mas este dia é de vocês, meus afilhados. Não esqueçam nunca de serem felizes. Felicidade tem mais a ver com atitudes que com circunstâncias.

Voem alto, mergulhem fundo e encontrem seu próprio caminho. Nunca tenham medo de tentar, de recomeçar, de insistir. O maior naufrágio é não partir!

Vão em paz.

Sejam bons.

Sejam felizes.

Sejam justos, afetuosos e tolerantes, com gentileza e bom humor e o mundo se atirá aos seus pés.

Deus os abençoe.

Muito obrigado.